

SUBJETIVIDADE E ÉTICA A PARTIR DA ANÁLISE DA COTIDIANIDADE DO *DASEIN* EM *SER E TEMPO**

SUBJECTIVITY AND ETHICS FROM THE ANALYSIS OF *DASEIN* EVERYDAYNESS IN *BEING AND TIME*

Ana Carolina MONAY**

Bruna Stutz KLEM***

Luiza de Oliveira BOTELHO****

RESUMO: Desde o final do século XX a ciência histórica passa por um momento de profunda autorreflexão. Demandas externas ao campo científico *tout court*, advindas dos eventos traumáticos e da crescente ocupação na cena pública de vozes até então inauditas, tensionaram o campo da história a repensar seus limites e ampliar suas possibilidades, sendo a questão ética o eixo destas tensões.

Buscamos compreender a formação do paradigma da objetividade na conformação da ciência histórica e os conflitos gerados pelos limites desse paradigma quando confrontado por demandas éticas. A partir disto, analisamos como o tema da subjetividade vem sendo tratado, e propomos, enfim, uma concepção de subjetividade e ética subjacente à análise da cotidianidade do *Dasein* na obra *Ser e Tempo*, de 1927.

Palavras-chave: objetividade; subjetividade; *Dasein*; ética.

ABSTRACT: Since the end of the twentieth century, the historical science has been going through a deep moment of self-reflection. External demands to the scientific field *tout court*, stemming from the traumatic events and the growing occupation on the public scene of voices that were used to be unheard, have strained the field of history to rethink its limits and to expand its possibilities, being ethics the axis of these tensions.

We seek to understand the formation of the objectivity's paradigm in the conformation of historical science and the conflicts generated by the limits of this paradigm when confronted by ethical demands. From this, we analyze how the subjectivity is being treated, and we propose, finally, a conception of subjectivity and ethics underlying the analysis of the everydayness of *Dasein* in the work *Being and Time* from 1927.

*Trabalho desenvolvido no âmbito da disciplina Teorias Contemporâneas do Tempo Histórico no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, ministrada pelo Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo, a quem agradecemos, assim como ao restante da turma, pela possibilidade de troca e diálogo que puderam resultar neste artigo. Agradecemos também a Guilherme Bianchi pela leitura e revisão atenta do texto.

**Mestranda – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, campus de Mariana. Mariana - MG - Brasil. Bolsista Capes. E-mail: monay.carol@hotmail.com

***Mestranda – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, campus de Mariana. Mariana - MG - Brasil. E-mail: brunastutzklem@hotmail.com

****Mestranda – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, campus de Mariana. Mariana - MG - Brasil. Bolsista Capes. E-mail: luiza_historia@yahoo.com.br

Página | 128

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

Keywords: objectivity; subjectivity; *Dasein*; ethics.

O campo da história, do final do século XX até o momento atual, é marcado por um momento de profunda autoanálise e autocrítica. As demandas externas, em contato necessário e esperado com o campo científico, forçam os limites da ciência em direção a uma maior porosidade que, a fim, justifica a sua própria existência. Os eventos traumáticos do século XX, assim como a entrada na cena pública de personagens e vozes até então inauditas, tensionaram o campo a discutir suas amarras e liberar possibilidades. Ocupando o eixo das tensões encontra-se o debate sobre a condição de produção de conhecimento histórico-científico orientado eticamente. Como fazer ciência e se posicionar/intervir nos dilemas mundanos?

Se é possível dizer que a modernidade libera a possibilidade de existência de um tipo de subjetividade e autorreferência humana individualista e um tanto entrópica, a disciplina histórica se configura reforçando os paradigmas de cientificidade, pautados na produção de um conhecimento que percorre a aporia da objetividade. Como consequência mais direta, a sucessiva cientificização da história caminhou em paralelo com o afastamento, o apagamento, a negação do lugar no vocabulário científico de questões humanas, em especial das *relações afetivas* que estabelecem os humanos para/com o mundo em que habitam. Pensando com Jacques Derrida (1972) sobre os inomináveis da/ciência, é possível afirmar que as relações afetivas que se revelam a partir de um tipo de subjetividade que desfaz a descontinuidade entre homem e mundo/realidade ainda permanecem fora do repertório científico, uma vez que a carga semântica de *subjectum* que circula com maior ocorrência ainda reforça a dicotomia polarizada sujeito – objeto, consciência – corpo.

Deste modo, o presente trabalho visa investigar a noção de subjetividade na obra *Ser e Tempo* de Martin Heidegger, publicada em 1927, tendo em vista que ela pode oferecer uma abordagem diferenciada para pensar a relação entre humano e mundo – e suas demandas éticas – para além da multiplicação de narrativas subjetivas e narcísicas. Em um segundo momento do texto, abordaremos duas tradições que surgiram do questionamento da aporia da objetividade, para, enfim, partindo da análise da cotidianidade do *Dasein* e das relações impróprias que estabelece, tangenciarmos a noção de subjetividade em *Ser e Tempo*. Mas, de pronto, nas primeiras linhas que

Página | 129

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

seguem observemos a solidificação da objetividade como paradigma para a construção da ciência histórica.

A construção da ciência histórica

O paradigma da objetividade e a dissolução da mediação subjetiva

Hans Ulrich Gumbrecht, teórico literário alemão, ao identificar “uma sobreposição ‘desordenada’ entre uma série de conceitos diferentes de modernidade e modernização”, com a qual se confronta aqueles e aquelas que se propõem a pensar a identidade do presente histórico no interior da tradição ocidental, na introdução de *Modernização dos Sentidos* (1998) analisa a modernidade, em suas várias acepções e experiência histórica, em forma de cascatas, posto que

esses conceitos diferentes de modernidade parecem seguir um ao outro numa seqüência [sic] extremamente veloz, mas retrospectivamente, observa-se também como se cruzam, como seus efeitos se acumulam e como eles se interferem mutuamente numa dimensão (difícil de escrever) de simultaneidade. (GUMBRECHT, 1998, p. 9)

Assim, o autor destaca quatro possibilidades semânticas sedimentadas no significante “modernidade”. Na primeira destacada, modernidade cumpre a função de demarcar o limite estanque entre o velho como ultrapassado e/ou superado, apresentando um novo *moderno*. Em outro sentido, a intensa produção no campo das artes e da literatura nas primeiras décadas do século XX vêm condensadas no vocábulo *Alta Modernidade*, enquanto que, no final do século XX, também em observância às rupturas dos movimentos artísticos que se expandem para outros campos, surge o vocábulo *Pós-Modernidade*. Mas, nos interessa aqui a segunda acepção, qual seja do nascimento da chamada *Idade Moderna*, capaz de provocar a sensação de que é deixada atrás de si a “*Idade das Trevas*”. Neste mesmo movimento, Gumbrecht destaca a crescente atenção de historiadores ao processo de *modernização epistemológica*, que o autor enquadra no fenômeno da percepção de aceleração temporal entre os anos de 1780 e 1830, aspecto de especial relevância também deste trabalho. (GUMBRECHT, 1998)

Gumbrecht (1998), de pronto, aponta que a irrupção do que se pode chamar Idade Moderna se deu a partir de uma “sequência de inovações representadas metonimicamente pela invenção da imprensa e pela descoberta do continente americano, o chamado Novo Mundo”. (GUMBRECHT, 1998, p. 10) Tais inovações liberaram o surgimento da figura do observador de primeira ordem. A partir de uma alteração na autorreferência humana e na desestabilização dos juízos teológicos que até então eram capazes de harmonizar significados da experiência humana e sua relação com a realidade, a subjetividade da “primeira” modernidade estabelecia com o mundo uma relação na qual arrogava para si a tarefa de produzir conhecimento sobre esse mundo. Descolado da criação divina, onde entre corpo e espírito e corpo e realidade formavam uma unidade, o sujeito moderno se pretende uma consciência descorporalizada, que se encontra em posição de privilegiada distância em relação ao mundo, sendo esta a condição de observação e de produção de enunciados referentes à verdade da realidade.

Em vez de ser uma parte do mundo, o sujeito moderno vê a si mesmo como excêntrico a ele, e, em vez de se definir como a unidade entre espírito e corpo, o sujeito – ao menos o sujeito como observador excêntrico e como produtor de saber – pretende ser puramente espiritual e de gênero neutro. (GUMBRECHT, 1998, p. 12)

Dessa distância, esse espírito puro pode observar o mundo objetiva e verticalmente. Se antes as verdades do mundo estavam para além da compreensão humana ou só se revelariam através da obra do Criador – cabendo ao homem, então, a tarefa de dirimir a corrupção do tempo –, nesta nova relação as verdades dos objetos do mundo, cuja materialidade tão somente cristaliza um sentido produzido externamente a ele, pode ser extraída a partir do mergulho na superfície do mundo e no deciframento dos sentidos de seus elementos, que se apresentam, então, como meros significantes. Segundo Gumbrecht (1998), esses dois pressupostos puderam configurar o que ele chama de “campo hermenêutico”, que parte do pressuposto de que as deficiências da expressão de um mundo onde a espacialidade é somente local extensão entre entes e cuja verdade dos entes não se revela é compensada por uma demanda incessante de produção de sentido (interpretação) sobre o mundo. (GUMBRECHT, 1998)

Se Gumbrecht (1998) aponta que esse “campo hermenêutico” se configurou como a base para a ciência ocidental, sendo ainda uma corrente hegemônica e estável

Página | 131

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

até os dias de hoje conformando a nossa relação com o mundo e com a ciência, o aspecto que, para ele, mais nos difere desse início da modernidade seria aceitação da verdade-primeira ou fundamental do conhecimento produzido desta maneira. Tal fato decorre do que ele chama de “modernização epistemológica”, condensada, então, na figura do observador de segunda ordem. Os significados que foram capazes de estabilizar o mundo nos séculos XVI e XVII não eram mais capazes de organizar a experiência no mundo, marcada pela sensação de ineditismo das experiências e falta de repertório conceitual pretérito ao qual recorrer, e pela percepção da aceleração temporal rumo a um novo horizonte recém-aberto, tal como Marcelo Rangel e Thamara Rodrigues (2012) explicitam:

A Revolução Francesa provocara sentimentos, pensamentos e atitudes até então desconhecidas, situações inéditas e, nesse momento histórico, os homens começaram a desconfiar não apenas de seus conhecimentos, mas também [...] do próprio método, que utilizavam para a sua produção – a interpretação objetiva e simples do ‘observador de primeira ordem’. (RANGEL; RODRIGUES, 2012, p. 66)

Surgido por volta de 1800, esse observador é consciente da sua auto-observação ao passo em que observa o mundo, reconquistando, assim, a materialidade corpórea. Entretanto, essa corporeidade autorreconhecida procurou ser invalidada pela manutenção do *status* epistêmico do observador de segunda ordem. Ou seja, se os diagnósticos e conceitos perderam sua capacidade de orientar a experiência humana, a falha era no diagnóstico, sendo necessário, então, aperfeiçoar o método de distanciamento. Em outros termos, se o corpo era o mediador entre consciência (intelecto) e realidade, a manutenção da aposta na capacidade do intelecto de identificar e produzir enunciados (interpretar) sobre a realidade previa a menor interferência possível ou a diluição do corpo e de seus atributos. (RANGEL; RODRIGUES, 2012)

Como se o que faltasse, até então, fosse apenas uma compreensão adequada dos elementos que são fundamentais à produção de uma interpretação privilegiada do mundo em sua totalidade, entre eles o corpo. O que significa dizer, em linhas gerais, que se passava ao exame detalhado do corpo como mediador da relação entre inteligência e real, para que a inteligência pudesse superar os efeitos dessa mediação, estabelecendo uma relação privilegiada com o real. (RANGEL; RODRIGUES, 2012, p. 68)

A percepção ampla da aceleração do tempo, processos e eventos sentidos em sua novidade extraordinária, que são marcas desse momento, evidenciaram, por um lado,

Página | 132

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

como já sugerido, um encurtamento do espaço de experiência. Porém, outro lado, foi liberado um horizonte de expectativas, e da tensão entre essas duas categorias surge o *tempo histórico*. Gumbrecht (1998) aponta a tese de relação causal entre esta primeira crise das representações e a temporalização, a partir da definição do tempo histórico como agente que provoca transformações. Sendo o mundo um horizonte de significâncias, e tendo em vista a predisposição ontológica do ser humano para projetar-se (HEIDEGGER, 2007), um mundo que já não pode ser ambiente e, portanto, não pode ser vivido impulsiona a articulação das três estruturas temporais em direção ao horizonte de significância.

Para o cronótopo do tempo histórico, o presente transforma-se naquele ‘instante imperceptivelmente curto’, mas que é *um lugar estrutural onde cada passado vira futuro. Mas também é o lugar em que o papel do sujeito se conecta ao tempo histórico*. [...] Em cada momento, o sujeito deve imaginar uma gama de situações futuras que têm de ser diferentes do presente e do passado e dentre as quais ele escolhe um futuro de sua preferência. Somente por meio dessa ligação com o tempo histórico e da função que ela cumpre nessa dimensão pode a subjetividade integrar o componente da ação na auto-imagem que ela oferece para a humanidade. (grifo nosso) (GUMBRECHT, 1998, p. 16)

Se, em termos gerais, até o século XVIII

a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa[nos] livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer[mos], no presente, nos erros antigos. (KOSELLECK, 2006, p. 42)

perfazendo o *topos* da história *magistra vitae*, Koselleck (2006) identifica no processo de modernização um deslocamento semântico da palavra “história”, abrindo espaço ao seu moderno conceito. Se um relato só não contém um ensinamento (*Historie*), a história (*Geschichte*), enquanto conceito total e autorreflexivo, possui um sentido de formação (*Bildung*). (KOSELLECK, 2006) O moderno conceito de história, ressalta Koselleck,

se deu tanto através de discussões científicas quanto através de diálogos político-sociais do cotidiano. [...] Foi justamente o *reivindicativo caráter científico* do conceito de História que reforçou sua força integradora. (grifo nosso) (KOSELLECK, 2013, p. 197)

“Reivindicativo caráter científico”: razão e verdade partilham, neste caso, do mesmo campo de significados, sendo ambas as premissas para a configuração da

Página | 133

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

história como ciência. O estatuto de “ciência do passado” reivindicado pela história durante o século XIX se baseava no enquadramento da escrita da história nos parâmetros de cientificidade, garantida por um rigor metodológico que orientasse essa escrita.

O debate que gira em torno da identidade da ciência história, as virtudes epistêmicas e das habilidades metodológicas que garantiriam ao historiador profissional a produção controlada de uma verdade histórica (distanciamento, desconfiança, objetividade e neutralidade no trato com documentos) foi reiterado em algumas palavras de Ricardo Benzaquen (1999). Segundo Benzaquen (1999) a autorreferência da ciência histórica foi constituída a partir de um discurso de repúdio a alguns elementos da escrita literária, embora a narrativa fosse dimensão constitutiva da moderna escrita. Segundo o autor, a moderna concepção de história, a que se hegemonizou, “se organizou em cima de uma ideia muito forte de fato. E opondo ao fato uma série de características, como subjetividade, fantasia, ficção” (ARAÚJO, 1999, p. 225), imaginação – elementos próprios do texto literário –, com fins de garantir uma racionalidade na história; do contrário, esta sofreria tipos de “deformações” e “enviesamentos”, fossem subjetivos, ideológicos, ficcionais, etc. O objetivo era dar um tratamento científico, embasado na crítica e método, aos temas da literatura.

Sobre este método, Benzaquen (1999) aponta três aspectos: primeiro, era necessário atentar para a autenticidade da fonte documental. Seria o documento contemporâneo e originário do mesmo lugar que ele afirmava ser? A originalidade do documento era resguardada? Em segundo lugar, também era preciso garantir a sua integridade, a inteireza do documento. Os aspectos primeiro e segundo seriam certificados da sua pureza. E, por fim, o terceiro aspecto seria o que o autor chamou de correção, que se configurava na operação de um tipo de contraste com outros documentos que ratificassem a verdade daquele em questão.

Estes três aspectos se organizaram em cima da negação da ideia de tradição e memória, sobretudo quando estas se associam à oralidade, justificada pela impossibilidade de submissão ao método crítico. A memória, além de sua marca afetiva, sofreria a corrosão do tempo. Através dela, não seria possível alcançar uma verdade factual tal como acreditava-se que os documentos pudessem oferecer. Desse modo, esse

tipo de veículo não oferecia credibilidade para estabelecer o passado tal como ele havia sido – objetivo primário dessa concepção de história, é dizer, a possibilidade de produzir enunciados que remetessem a uma realidade concreta eximidos de juízos de valor. (ARAÚJO, 1999)

Uma das consequências mais claras deste processo foi a preferência do registro escrito e oficial como fonte para a escrita profissional da história. Este, sim, acreditava-se que se fixava no tempo, evitando as deformações entre o que se diz e o que se ouve, e o que se diz hoje e se diz amanhã. Olhos e mãos – visão e escrita – conferiam confiabilidade. E, em segundo lugar, seria essa uma visão descolada do espírito. Como se a visão registrasse uma verdade evidente e, assim, não passível de interpretação. Ou seja, operou-se uma crença na possibilidade de descorporalização do sentido da visão, sendo assim incapaz de afetar-se por interpretações subjetivas. Desse modo, o olhar era constituído como um sentido garantidor de neutralidade e de objetividade. Apesar da impossibilidade, a crítica garantiria o ocultamento de questões subjetivas na escrita da história – condição, esta, para sua cientificidade. Razão, fato e verdade partilham, assim, do mesmo campo semântico. Documentos oficiais que dão acesso a um fato, sendo lido por olhos despidos de subjetividade por submeterem-se ao método crítico, capazes de narrar os fatos tal como eles ocorreram: “[...] uma verdade que se confunde com o fato” (ARAÚJO, 1988, p. 31), de modo que ao historiador cabia deslocar-se na linha do tempo, por meio dos documentos e em um ambiente ideal, e produzir enunciados capazes de serem justapostos a uma realidade factual.

*Reflexões contemporâneas sobre a crítica à objetividade
Demandas éticas, giro linguístico e guinada subjetiva*

A discussão em torno das condições de produção de conhecimento histórico na contemporaneidade, sobretudo colocando em questão o lugar da história disciplinar e das humanidades na sociedade, tem sido intensa. Ao que parece, o aviso de incêndio tem como alvo a face institucional das humanidades e seu papel social, tal como existente desde a conformação da disciplina no século XIX. Esse movimento mais recente de autorreflexão tem suas origens no final do século XX, quando as formas de lidar com os eventos traumáticos deste século e de um pretérito não-tocado encontravam

barreiras para serem tratados dentro da historiografia, tendo como justificativa os critérios de verdade, de objetividade e de distanciamento que, dentro da tradição disciplinar, orientavam e legitimavam o trabalho historiográfico. Além disso, a entrada de novos personagens em cena, clamando então pelo direito às suas próprias histórias, sua inclusão nas narrativas tradicionais das quais estavam invisibilizados, trouxe à história o desafio de ouvir vozes até então inauditas. Mais do que reagir brandindo as virtudes da ciência – compreendida em sentido estrito – inerentes ao conhecimento histórico, sedimentadas em determinados “lugares comuns” legados pela tradição disciplinar (como reforçar os paradigmas da objetividade), historiadores e historiadoras têm respondido reivindicando cada vez mais porosidade entre ciência e o que se alarga para fora dela, sem abrir mão, contudo, da aporia da verdade histórica. Se é que é possível falar de momentos onde a disciplina histórica adquiriu estabilidade a ponto de não ser cobrada ou cobrar-se uma (auto)justificativa, o ponto é que do final do século XX até os dias de hoje observa-se um profundo movimento de autorreflexão dentro do campo que tem como questão-chave a potência do estreitamento dos laços entre o conhecimento produzido acadêmica/profissionalmente dotado de rigor científico, e as demandas sociais, éticas, políticas, cognitivas, estéticas mais amplas.

No bojo das discussões sobre a atenção a estas demandas está a questão do conhecimento do mundo, ou seja, sobre as formas de relação humana com seu meio e as condições de construção de conhecimento objetivo sobre a realidade. Porém, esse questionamento, embora radicalizado no final do século XX, tem suas condições de possibilidades no grande deslocamento histórico-estrutural e epistemológico entre os séculos XVIII e XIX acima tratados. (ARAÚJO; RANGEL; 2015) Dado o esgotamento do *topos* história mestra da vida, a história (escrita) buscou responder as questões a partir de duas maneiras: na primeira, as filosofias da história compreendiam que seu papel era evidenciar os sentidos da história – que, da perfeição passou a perfectibilidade, no modo do progresso – para acelerá-lo. Dada a grandiosidade da tarefa, a crítica historicista se baseava na condição de possibilidade de cumpri-la.

O que estava em questão para os historicistas era que o problema dos filósofos da história não era o seu diagnóstico da ‘História’, mas sim a forma ou o caminho proposto, profundamente arbitrário, “subjetivo”. (ARAÚJO; RANGEL, 2015, p. 321)

Para tal, a resposta vem pela formulação de um conjunto de protocolos metodológicos que permitisse um acesso controlado ao passado, como já posto. O que é de interesse ressaltar, neste momento, é que a pergunta sobre a possibilidade de enunciar a nossa relação com o mundo e questionar pra que serve a história havia sido liberada, até a sua radicalização no século XX condensado no movimento que, *strictu senso*, chamamos “giro linguístico”, que vem a recolocar tais questões.

Segundo os autores, duas tradições, “entre convergência e dispersão” (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 322) surgiram destes questionamentos: a neohistoricista e a fenomenológica-hermenêutica. A primeira, como o nome já pode sugerir, traz para o primeiro plano a impossibilidade de acesso a qualquer âmbito do real. A constatação de que só existe representação não gera, entretanto, nostalgia e conseqüente paralisia, uma vez que seria essa a nossa condição de estar no mundo. Por outro lado, a tradição fenomenológica-hermenêutica entende que

todo e qualquer pensamento e ação no interior do presente é determinado pela *relação de intimidade com passados e futuros* [ou seja, a temporalidade como uma estrutura existencial] os *quais se constituem como ponto de determinação transcendental que orienta e determina cada presente*, de modo a intensificar a premissa do giro-linguístico. (grifo meu) (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 322-323)

Em suma, é possível perceber que

da aceleração radical do tempo própria da modernidade [ainda nos séculos XVII e XIX] surge o questionamento da história representada e, ainda, a possibilidade de se perguntar radicalmente pela sua função. [Esse deslocamento histórico-estrutural e virada epistemológica] acabaram por tornar possível (por liberar) o questionamento significativo de toda e qualquer relação privilegiada entre linguagem e realidade, problema prioritário no interior das tradições que confluem no giro linguístico. [...] Os historicistas evidenciaram (e liberaram) um problema radical: a relação de intimidade entre os enunciados, inclusive os historiográficos, e os mundos a partir dos quais eles se tornam possíveis. (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 321)

Do giro linguístico, chegou-se a dois problemas fundamentais: (1) ou bem a realidade histórica não possui sentido(s), (2) ou bem possui, mas nem mesmo os métodos e protocolos mais sofisticados seriam capazes de oferecer as condições de possibilidade ideais para que os historiadores pudessem evidenciá-lo(s). Trata-se, ao fim, da crise do “observador de segunda ordem”. (GUMBRECHT 1998; 1999)

Possuindo um sentido ou não, o problema epistemológico que sobrexistiu foi da (im)possibilidade de produzir qualquer enunciado sobre a realidade.

Como desdobramento do giro linguístico, a partir da década de 1980, é possível observar a emergência do que se convencionou chamar de “guinada subjetiva”. (SARLO, 2012) Pensando no período pós-ditaduras latinoamericanas, suas reverberações no âmbito público e no movimento de capitalização da história pelo mercado simbólico em fenômenos que extrapolam a história acadêmica, Beatriz Sarlo (2012) inscreve na “guinada subjetiva” a reorientação do olhar e método da História, que se desloca das

estruturas para aquilo que elas pareciam não conseguir dar conta: os sujeitos da experiência. A ideia de entender o passado a partir da sua lógica (uma utopia que tem movido a história) se enreda com a certeza de que isso, em primeiro lugar, é completamente possível, onde aplanam a complexidade do que se quer reconstruir; e, em segundo lugar, de que isso se alcança se colocando na perspectiva do sujeito e reconhecendo um lugar para a subjetividade [...]. Este reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e suas personagens, que se concentra sobre os direitos e sobre a verdade da subjetividade [...] voltou a tomar o lugar que, nos anos sessenta, foi ocupado pelas estruturas. [...] Em consequência, a história oral e o testemunho devolveram a confiança a essa primeira pessoa que narra a sua vida (privada, pública, afetiva, política), para conservar a recordação ou para reparar uma identidade danificada. (SARLO, 2012, p. 21-22). (tradução livre)

A partir da guinada subjetiva, as narrativas do eu, posto agora em primeiro plano, ganham espaço. Se por um lado a atenção às vozes inauditas têm extrema importância, findar-se neste primeiro passado mostrou-se insuficiente. A crítica à questão da objetividade terminou por levar a “subjetividade” ser compreendida como contraponto, como se bastasse, então, ou incluir os sujeitos, ou inverter a história embora permanecesse reafirmando a estrutura binária na qual se amparou a ciência de relação distanciada do sujeito com o mundo (seu objeto de estudo). Se a objetividade foi criticada por sua capacidade de excluir a pluralidade de sujeitos, a resposta mais imediata foi tão somente o surgimento de múltiplas narrativas sobre estas subjetividades, ainda apoiadas entretanto no mesmo estatuto de relação com o mundo que instaurou a primazia da objetividade. De tão múltiplas, em muitos sentidos pode cair em um excesso de particularização, essencialização e solipsismo, que vem a se confrontar com as próprias condições do fazer científico, quando não são somente

Página | 138

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

espécie de atitudes compensatórias que pouco alteram os quadros que geraram essa mesma invisibilidade.

Subjetividade e ética em Ser e Tempo

Retomemos, neste ponto, as premissas da tradição fenomenológica-hermenêutica supracitadas. Heidegger, expoente desta tradição, em *Ser e Tempo*, de 1927, arroga para si o objetivo de percorrer o sentido de ser, que denuncia ter sido esquecida então pela metafísica. Na introdução da obra, visando quebrar alguns preconceitos que obscureceram o próprio Ser e seu sentido e justificar sua empreitada filosófica, esclarece que, ao contrário do Ser se definir na diluição de uma abstração vazia e universalizada, a possibilidade da busca pelo sentido do Ser parte justamente do fato de que, em alguma medida, o Ser do homem já se revela e se autocompreende no seu ente, o *Dasein*, de imediato. Esse mostrar-se é, justamente, a condição de possibilidade de questionamento pelo sentido do Ser; do contrário, a questão nem poderia ser posta. Entretanto, essa parte do Ser que se mostra de imediato é uma articulação provisória do Ser, não o Ser em sua plenitude. Em outras palavras, não se pode definir o Ser nem por conceitos abstratos, como já mencionado, nem por seu ente, sob o risco dessa mirada manter o Ser e sua possibilidade ontológica transcendental obscurecidas. É característica do Ser a transcendência, mas também a obscuridade, de modo que fechar-se no ente e “esquecer” de seu fechamento, muitas vezes acreditando estabelecer relações autênticas, é uma questão possível e, porque não adiantar, o que acontece na maioria das vezes; o ente é, então, o interrogado, por meio de uma analítica existencial do *Dasein*, para que a partir do que o Ser deixa-se vislumbrar, se possa percorrer o caminho do sentido do Ser. (HEIDEGGER, 2007)

Lançado ao mundo, o *Dasein* encontra-se já em contato com significados que pré-existem a ele. É esse mundo em que ele é a princípio, mas que se constitui também um horizonte de possibilidades a projetar-se. O mundo, então, só se deixa e faz ver realizado como uma possibilidade, que se revela em discurso. A compreensão/interpretação do *Dasein* acerca do mundo já se deu, antes mesmo que ele aproprie-se de algo. Porém, o fenômeno do ser-no-mundo é inesgotável, de modo que a

interpretação do mundo no modo impessoal vela essa inesgotabilidade. Pensando a constituição existencial do “Pre” do *Dasein*, nos deparamos com os seus dois modos constitutivos, que se tornam visíveis pelo discurso: disposição e compreensão. Esses constitutivos aparecem no modo cotidiano, e no mundo. A linguagem, como morada do Ser, é condição de abertura do *Dasein*, que se dá na cotidianidade. Buscaremos, então, nos ater sobre como a estrutura do falatório, da curiosidade e da ambigüidade aparecem nessa constituição.

O estar-lançado em um discurso por todos compreendido/interpretado, como já mencionado, afasta o *Dasein* a prioristicamente do esforço ontológico de escuta e fala. A escuta da cotidianidade contenta-se com o já dito no falatório, de modo que a escuta e a fala [constituintes do discurso] originárias se tornam dispensáveis.

As coisas são assim como são porque delas se fala assim [significados construídos]. Repetindo e passando adiante a fala potencia-se a falta de solidez. Nisso se constitui o falatório. A compreensão mediana nunca poderá distinguir o que foi haurido e conquistado originariamente do que não passa de mera repetição. E mais ainda, a própria compreensão mediana não tolera tal distinção, pois não necessita dela já que tudo compreende. (HEIDEGGER, 2007, p. 228)

Dispensando o caráter originário, o *Dasein* não se apropria desses significados.

O predomínio da interpretação pública já decidiu e até mesmo sobre as possibilidades de sintonização com o humor, isto é, sobre o modo fundamental em que o *Dasein* é tocado pelo mundo. O impessoal prescreve a disposição e determina o quê e como se vê. (HEIDEGGER, 2007, p. 229)

Este desenraizamento constitui a compreensibilidade cotidiana, o que, então, provoca um desenraizamento do *Dasein* de suas constituições ontológicas resultando em um fechamento do *Dasein*, ainda que ele possa crer estabelecer compreensão autêntica. (HEIDEGGER, 2007)

O fenômeno do falatório arrasta, inclusive, a condição da curiosidade, que se baseia em uma predisposição ontológica para o querer ver. Na cotidianidade, a curiosidade para ver se dilui no rápido envelhecimento de uma mirada, que impulsiona o *Dasein* a buscar outras vistas. Não dispondo de tempo para a contemplação, imagens são constantemente projetadas, envelhecidas, perdendo a capacidade de despertar interesse no *Dasein*, que logo busca atualizar seu álbum. Como no falatório a dinâmica é escutar o que já se disse e repetir automaticamente, no ver o automatismo se dá pelo

rápido desgaste do que se viu, pela busca incessante de atualização das imagens e pela consequente dispersão e desamparo. (HEIDEGGER, 2007)

Por fim, a ambiguidade reside nestes dois pressupostos acima: a movimentação do falatório e da curiosidade na cotidianidade fornecem ao *Dasein* a sensação de que explora a propriedade da sua condição existencial. Porém, tão logo ocorre a perda de interesse, jogado ao desamparo, o *Dasein* vê tudo o que se “sabe” desvitalizado, correndo para um novo horizonte atualizado. Essa corrida, entretanto, afasta o *Dasein*, como sugerido, de si mesmo. Credo estabelecer relações autênticas – mas não estabelecendo; do contrário, agindo no modo impróprio da compreensão – e ocupado na cotidianidade, o confronto do *Dasein* consigo mesmo será sempre adiado, e o mundo já pronto em que vive será sempre atualizado quase que automaticamente. Na impropriedade da compreensão, a suspensão da decadência, em vez de instaurar uma situação, instaura uma sucessão de agoras, onde o curso do mundo parece independe da relação do *Dasein* consigo mesmo, com os outros entes intramundanos e com o mundo.

Diferente de outros entes, o *Dasein* é constituído ontologicamente, enquanto os outros entes simplesmente são dados dentro do mundo – o que Heidegger chama de “intramundano”. Um constitutivo ontológico do *Dasein* é ser sempre possibilidade. O horizonte que se configura inerentemente a esta constituição, segundo Heidegger, se dá nos modos de ser da propriedade e da impropriedade.

A impropriedade do *Dasein*, porém, não diz ‘ser’ menos nem um grau ‘inferior’ de ser. Ao contrário, a impropriedade pode determinar toda a concreção do *Dasein* em seus ofícios, estímulos, interesses e prazeres. (HEIDEGGER, 2007. p. 78)

O *Dasein*, em sua relação com os outros *Dasein*, bem como com os entes simplesmente dados, vê-se de imediato lançado à impropriedade da cotidianidade. No seu âmbito de ocupações ou de concreções, o *Dasein* já sempre se encontra no impessoal, que é o modo do “sujeito” na impropriedade cotidiana: o “quem” é neutro, e ninguém é si próprio. O “quem” se dilui no ninguém. Lançado de imediato na cotidianidade, o *Dasein* desenvolve com o mundo circundante uma relação de manuseio, instrumentalização, objetificação. O modo de ser do *Dasein* na cotidianidade é chamado “de-cadência”.

Este termo não exprime qualquer avaliação negativa. Pretende apenas indicar que, em primeira aproximação e na maior parte das vezes, o

Dasein está junto e no mundo das ocupações. Este empenhar-se e estar junto [...] possui, frequentemente, o caráter de perder-se na publicidade do impessoal. Por si mesmo, em seu próprio poder-ser ele próprio mais autêntico, o *Dasein* já sempre caiu em si mesmo, e decaiu no mundo. De-cair no mundo indica o empenho da convivência, na medida em que esta é conduzida pelo falatório, curiosidade e ambiguidade.

De-caídos na cotidianidade, estabelecendo com o mundo uma relação de objetificação na impessoalidade cotidiana, e perdendo-se na publicização do impessoal, a diluição da responsabilidade que se perde no todos e no ninguém dificulta a mobilização da questão ética, de modo que a saída apresentada por Heidegger visa o resgate da ipseidade autêntica do *Dasein*. A propriedade pode ser alcançada mediante a “transformação” da decadência na “situação”. A situação, diferentemente das sucessões de agoras, é tempo que condensa as camadas de significados que é o mundo, e sua forma temporalizada. É a articulação do passado (como repetição) e do futuro (como antecipação) no presente. O passado, como ambiente de significâncias sedimentadas, porém tendo o mundo como horizonte significável em aberto. (ARAUJO; PEREIRA, 2017) Convém aqui, reiterar, a definição de “mundo” para Heidegger (2007), que facilite arredondar a questão da decadência no “mundo”: mundo como possibilidade de significância, e, por isso mesmo, ele só se revela, (o que revela) nos significados já construídos e sedimentados enquanto temporalidade. Ele já existe para nós, entes que somos, como esses significados. O horizonte de significância permanece em aberto, e a condição ontológica do projetar-se em uma “situação” instaurada possibilita a abertura do *Dasein* e de novos mundos conseqüentemente, em vez da constante atualização do mundo circundante.

Destas considerações, retomando o ponto sobre as duas tradições que surgiram do giro-linguístico, uma das possibilidades abertas pela emergência do observador de segunda ordem, qual seja, o resgate da percepção da corporalidade, entende-se a partir das considerações heideggerianas que a produção de enunciados objetivos sobre o mundo é impossibilitada pela nossa pertença ao mundo – e é este o ponto principal da subjetividade que subjaz na obra *Ser e Tempo* – e pela pertença do mundo a nós, de modo que a excentricidade objetiva é impossível. (ARAUJO; RANGEL, 2015) Recusando a redução da questão da existência à substancialização de um sujeito que se passa por “homem”, a possibilidade de relação objetiva ou subjetiva

Página | 142

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

com o mundo é implodida em *Ser e Tempo*. No fundo, se trata de uma subjetividade “anti-sujeito”, que, do contrário de suceder o sujeito cartesiano, busca mais desfazer essa noção de sujeito entendendo a condição de ser-no-mundo. (MARTINS FILHO, 2014)

Considerações finais

Partindo do diagnóstico dos dilemas enfrentados pela história no que tange a porosidade entre a ciência e demandas externas, pudemos perceber como o paradigma da objetividade culminou na sucessiva exclusão das questões humanas da produção de conhecimento científico. A crítica à aporia da objetividade, por conseguinte, liberou um forma de tratamento da subjetividade como excesso de narrativas de um eu narcísico, que pouco abalaram as bases epistêmicas que provocaram os criticados apagamentos. Enfim, propomos a noção de subjetividade e ética em *Ser e Tempo*, entendendo a subjetividade como predisposição afetiva de relação com o mundo em que os homens são e neles podem ser, entendendo o mundo como significados já sedimentados como passado e como fonte inesgotável de significância como projeção ao futuro. A decadência, no modo da impropriedade, dilui a personalidade em uma publicização capaz de dirimir a possibilidade de responsabilização ética. Deste modo, a atenção à predisposição ontológica ser sempre possibilidade do *Dasein*, sua condição como estrutura existencial se ser-no-mundo em detrimento do seu constante apagamento pela sua redução do Ser ao seu ente, dada na reabilitação do modo próprio/autêntico de compreensão traz à luz a possibilidade do *Dasein* de não reproduzir ou atualizar o mundo em que é, mas de projetar-se criando novos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. História e narrativa. *Revista do Departamento de História: ANAIS DO SEMINÁRIO FRONTEIRAS NA HISTÓRIA*, 11, Belo Horizonte, UFMG, 1992;

- DERRIDA, Jacques. *A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas*. In: *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 229-249.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 3ª ed – Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae. In *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2006
- MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe. *Subjetividade e finitude em ser e tempo*. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. *Revista UFMG, Belo Horizonte*, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.
- RANGEL, Marcelo de Mello; RODRIGUES, Thamara de Oliveira. HISTÓRIA E MODERNIDADE EM HANS ULRICH GUMBRECHT. *Redescrições*, [S.l.], v. 4, n. 1, Dez. 2012. ISSN 1984-7157. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/299>>. Acesso em: 10 Ago. 2017.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007.